



A Construção histórica da sociedade do cacau. Os conflitos políticos e ideológicos sob uma nova perspectiva no exercício do poder local das facções políticas na cidade de Ilhéus – Ba (1921 – 1924).

Autor

GABRIEL JOSÉ BRANDÃO DE SOUZA

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Mestrando pelo PPG em História Local e Regional – UNEB

[brandao.gabriel@live.com*](mailto:brandao.gabriel@live.com)

Resumo: O presente artigo tem como proposta, elencar alguns questionamentos acerca da construção de um mito histórico sobre a formação da região cacaueiras e o seu desenvolvimento político, econômico e social ao longo das duas primeiras décadas do século XX, na Primeira República. Nesta perspectiva, buscamos problematizar através da análise na cidade de Ilhéus – BA, como tal região teve a sua identidade cultural, fundada mediante a construção de uma memória coletiva. Ao longo deste trabalho, buscaremos compreender através da análise de periódicos publicados entre os anos de 1921 a 1924, período em que os chamados “novos-ricos” já estavam no controle da intendência municipal, buscando entender qual a importância do discurso engendrados nas entrelinhas de tais periódicos para garantir a hegemonia política municipal e a construção dos alicerces necessários para a legitimação de um sistema político dominante com bases nas relações coronelísticas no município de Ilhéus – BA.

PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo, relações de poder, teoria e história.

A construção de um mito histórico

A construção de uma identidade no que tange a elite regional e a busca pela legitimação não somente econômica, mas social e política tiveram grande influência nas discussões sobre a região cacaueira ao longo do século XX, assim como as origens das suas elites. Nesta perspectiva, torna-se importante compreender a noção de espaço e localidade dentro da região cacaueira como um espaço onde a batalha pelo controle do poder político da

* Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História Regional e Local – Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus V – Bolsista FAPESB



região está intrinsicamente ligada à luta pelo controle de uma história regional e um projeto de construção de uma memória coletiva. Segundo Erivaldo Fagundes Neves:

A noção de espaço leva à compreensão das relações sociais, tanto conflituosas, quanto consensuais nele desenvolvidas e permite entender os modos de vida com as suas tensões, interações e interpretações que deles fazem¹.

Devido ao contexto de mudanças políticas e econômicas e sociais derivado do progresso advindo das plantações de cacau e do capital gerado pelo mesmo, por volta do final do século XIX e início do XX, a elite ilheense estava dividida em dois grupos antagônicos: o primeiro formado por conservadores e liberais no Império, que se tornaram federalistas e constitucionalistas, na Primeira República, quando ocorreu o advento do coronelismo como conceito, mais tarde analisado por uma gama de historiadores, e que tem como seu principal líder o Coronel Domingos Adami de Sá, e o segundo grupo que enriqueceram com a expansão do cacau, ao qual temos como objeto de estudo, cujo passado estava menos ligado ao Império, na medida em que já se formara em tempos republicanos e que tem como principal liderança o Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva.²

O capital gerado pela produção do cacau possibilitou a formação e consolidação de inúmeras fortunas individuais em um período de tempo relativamente curto, o que acabou por gerar conflitos entre estas duas elites na disputa pelo domínio do panorama político e econômico no município. Ao pensarmos sob o viés da representação histórica e a retórica política ao longo do século XX, tornou-se perceptível que estas foram construídas sob a visão das facções políticas da elite cacaueira tinham de si mesmo e os argumentos políticos desenvolvidos para a sua fundamentação, vieram a dominar o discurso do passado da região como salienta Ribeiro³. Segundo Lowenthal:

A função fundamental da memória, por conseguinte, não é preservar o passado mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. [...] Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstrução ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em

¹ NEVES, E. F. *História e região: Tópicos de história regional e local* - Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.-out. 2008.

² Ribeiro, André Luis Rosa. *Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005. p. 40.

³ Ribeiro, André Luís Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)* / André Rosa. Ilhéus : Editus, 2001 . Pg. 109

códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta¹.

A percepção que as facções políticas da elite do cacau tinham de si mesmas e os argumentos políticos desenvolvidos para a sua fundamentação não somente através da violência, mas também através da utilização principalmente dos periódicos e das bibliografias memorialistas por vezes encomendas pelos coronéis, vieram a dominar o discurso sobre o passado da região como pondera Ribeiro². A utilização dos periódicos como estratégia de convencimento e de consolidação de uma hegemonia política e social tornou-se algo comum na região.

Circulou sábado nesta cidade o primeiro número do Correio de Ilhéus, folha diária e órgão político e noticioso, que obedece a orientação do partido cujo chefe, desde 1889, é o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva. Bem impresso, abundante em notícias telegráficas e locais, vem o confrade ocupar lugar distinto em nosso meio. Com o aparecimento do Correio, conta Ilhéus dois diários vespertinos e dois hebdomadários, afora quatro gazetinhas humorísticas³.

Como discorre Carvalho⁴, a imprensa tornou-se uma instituição com grande influência, todavia não constituía poder independente do governo e da organização partidária, pois a grande maioria estava vinculada a partidos políticos ou a políticos. A fundações de periódicos pelas elites da região se configurou como mais uma estratégia de oposição, assim como, de defesa enquanto se estava na situação. Percebemos que durante o período outros periódicos circulavam na região com as mesmas propostas políticas. Todos eram ligados a grupos comandados por algum coronel. Neste sentido, os jornais funcionavam como uma espécie de tribuna de partidos na região⁵.

O fato destes “novos-ricos” ascenderem financeiramente para a aristocracia local não os colocavam em uma situação de igualdade. A elite tradicional da região impôs uma forte resistência à ascensão destes novos ricos na política municipal, devido a condição social diferenciada como os costumes e hábitos. As relações entre esses dois grupos (aristocracia/novos-ricos) se restringiam sobretudo ao setor econômico, no entanto, por vezes

¹ Lowenthal, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 17, nov. 1998. Pg. 103

² Ribeiro, 2001. Pg. 109

³ *Correio de Ilhéus*. 1921 – quinta feira – 29/09. CEDOC/UESC. Acesso em 26/09/2011.

⁴ DE CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996 – pg. 46 - 47

⁵ ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de. Coronelismo, Jornalismo e Relações de poder no sul da Bahia – pg. 5. Disponível no endereço

http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/eliana_cristina_albuquerque.pdf

essas relações se estendem para o âmbito social gerando tensões, haja vista que os novos-ricos nem sempre eram aceitos nos salões da aristocracia baiana¹.

A forte resistência por membros da elite tradicional ilheense à ascensão dos novos-ricos na política municipal associa-se à discriminação devido a sua condição social. Os Sá Bittencourt, Adamis, Lavigne, Steiger, Homem d'El Rei, Hohlenwerger, Cerqueira Lima, Gallo, Moniz Barreto, Marques Valente, entre outros grandes proprietários municipais, pertenciam a algumas das mais importantes famílias baianas da época².

A ideia de associarem-se ao nome de forasteiros descendentes de ex-escravos ou imigrantes sem sobrenome de prestígio não permitia uma criação de uma identidade em comum entre os dois. Essa exclusão política e social, acabou por gerar conflitos tanto armados como ideológicos na região. Com a chegada do Coronel Antônio Pessoa e seus correligionários ao poder municipal em 1912, logo após J.J Seabra assumir o governo do estado, amparado pelo apoio do governo federal³, abria-se então uma nova perspectiva política para o grupo do coronel Antônio Pessoa, tradicional aliado no sul baiano, levando a um rompimento no legado da família Sá.

Evidenciamos, neste rompimento, uma abertura ao acesso político não somente aos membros da aristocracia tradicional da região cacauêira, mas também dos novos-ricos, estes podendo de fato ter ascensão na política local⁴. A chegada de Antônio Pessoa e seus correligionários ao poder municipal possibilitou uma nova perspectiva de configurar e reconfigurar a construção uma narrativa histórica sobre a fundação e o desenvolvimento da região cacauêira. De origens diferentes da aristocracia local, os novos-ricos saíram das camadas da sociedade relativamente humildes, não possuindo os costumes e tradições inerentes à antiga elite. Entretanto, mesmo não sendo descendentes de famílias de destaque no cenário baiano, os mesmos não pertenciam às camadas mais baixas. Segundo Mahony:

[...] essa narrativa conta a história de homens que trabalharam e lutaram muito para transformar as florestas virgens do sul da Bahia em roças de cacau durante o século XIX. Ela prossegue contando a trajetória dos poucos “desbravadores” que tiveram sucesso tornando-se ricos e, assim, membros da elite local no século XX. Finalmente, apresenta a sociedade cacauêira como dominada por homens que se fizeram por seus próprios esforços, sem

¹ Mahony, M. A. *Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauêira da Bahia*. Caderno de Ciências Humanas – Especiaria v. 10, n. 18, jul. – dez. 2007, [HTTP://www.uesc.br/revista/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf](http://www.uesc.br/revista/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf). Pg. 748

² RIBEIRO. 2005. p. 52.

³ Cf. SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, 2009. Disponível no endereço: http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/silvia_noronha_sarmento_dissertacao.pdf. Acesso em: 24/07/2011

⁴ MAHONY, *Op. Cit.* p. 756.

lançar mão da exploração do trabalho escravo, e, portanto, bem diferente de outras regiões, no Brasil, onde a aristocracia agrária construiu sua riqueza apoiada no trabalho cativo¹.

Evidentemente que a construção dos discursos pelo grupo do Antônio Pessoa estava cercada de intencionalidades. Todavia, quais seriam os motivos para que este discurso acabasse por se consolidar e ser transmitido por diversas gerações? Como salienta Mahony, a maioria dos mitos históricos, é uma narrativa que pretende explicar e justificar o passado, mas que também tenta explicar o presente². Para compreender a importância deste discurso, torna-se imprescindível a análise com bases das fontes e nos indícios que se encontram nas entrelinhas da propaganda utilizada por esses grupos políticos. Segundo Ginzburg:

[...] a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerado reveladores. Deste modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, “baixos”, forneciam a chave para ascender aos produtos mais elevados do espírito humano[...]³

A chegada de Pessoa e seus correligionários ao controle da política municipal possibilita uma nova perspectiva de construção histórica baseada nas diferenças que acabara por afastá-los socialmente das elites tradicionais. Através de uma retórica construída estrategicamente, Pessoa e seus correligionários do Partido Republicano, passam a propagar a ideia de defensores dos pequenos lavradores, comerciantes, etc. e do progresso no município, direcionando acusações contra o grupo liderado por Domingos Adami Sá como detentores do atraso, ex-escravocratas e que tinham o costume de utilizar as benesses do poder ao seu favor.

Os homens indecentes e viciados não podem estar em harmonia com os funcionários honestos, porque estes não se deixam explorar e evitam o seu contato, como se evita o do leproso. Para os nossos inimigos o Sr. Coronel Eustáquio Bastos só tem um defeito – é ser honesto. É por isso, que velhos peculatórios o acusam, é por isso que só os viciados e desclassificados o abominam e o intrigam.⁴

Não é de se estranhar, portanto, que o grupo de Pessoa almejasse o controle da intendência. Nas duas primeiras décadas da República em que a família Sá estava no poder, a região cacauífera vivia em um contexto de mudanças econômicas e de grande migração de pessoas sob a perspectiva de estabelecer roças de cacau⁵. A concentração de cargos públicos

¹ MAHONY, *Op. Cit.* p. 738

² Mahony, *Op. cit.* Pg. 738

³ Ginzburg, Carlo, 1939 – *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* / Carlo Ginzburg; tradução: Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das letras, 1989.

⁴ **Correio de Ilhéus**. 1921 - 30/09. CEDOC/ UESC. Acesso em 26/09/2011..

⁵ MAHONY, *Op. Cit.* p. 751

nas mãos de apenas um grupo acaba por gerar uma relação conflituosa entre a situação e os grupos de oposição. Ter acesso à liberação de crédito, construção de ferrovias, ou mesmo influenciar nos impostos cobrados pelos coletores poderia ser um artifício de opressão e retaliação para com os grupos rivais e, de certa forma, uma negação na assistência a distritos comandados pelos adversários¹.

Esse descontentamento contribuía não somente com o tom do discurso mais tarde utilizado pelo grupo pessoísta para angariar aliados nas disputas políticas, mas também para o acirramento das disputas pelo controle das regiões. Como destaca Mahony, a violência política tornou-se cada vez mais constante entre aristocratas e os novos-ricos em torno de disputas por cobranças forçadas de dívidas, dúvidas sobre limites de propriedade, controle das estações da estrada de ferro, nomeações municipais, eleições e honra de famílias, o que quase sempre resultava em assassinatos e tiroteios².

Contudo, o discurso de Pessoa se apresentava de forma dúbia, pois ao mesmo tempo em que questionava a origem da riqueza da família Sá, acusando seus membros de serem escravistas ou mesmo de explorarem os pequenos proprietários, omitia que muitos dos seus aliados (mesmo que em menor escala que a família Sá), também haviam vindo de famílias possuidoras de mão-de-obra escrava e que vários tinham conseguido se casar com mulheres de famílias bem estabelecidas ou até conseguido expandir suas riquezas através da expropriação de pequenos proprietários endividados³. Porém, quando analisamos o discurso de Pessoa, torna-se perceptível certo rompimento com ideários pregados por uma elite oligárquica escravocrata que já estava em decadência. Outro fator importante, que indiretamente transitava no discurso de Pessoa, estava na mensagem racial, que pretendia incluir mestiços, caboclos ou negros, que representavam cerca de 80% da população ilheense.

Neste ponto, a retórica de Pessoa diferenciava-se dos ideários dominantes no Brasil, fortemente influenciados por princípios positivistas e pelo darwinismo social, tendo como paradigma a ideia de que o atraso do Brasil estava diretamente ligado à miscigenação racial que tornava nosso povo impuro e inferior⁴. Como discorre Durval Muniz de Albuquerque Jr, a emergência de uma nova ideia de região não nasce apenas de mudança na sensibilidade em

¹ MAHONY, *Op.cit.* 756

² *Idem*

³ MAHONY, *Op. Cit.* p. 753.

⁴ MAHONY. *Op. Cit.* p. 754.

relação ao espaço, da mudança em relação entre o objeto, e região e o sujeito cognoscente; mas esse novo regionalismo nasce da mudança mais geral na disposição dos saberes, a qual provoca, inclusive, a mudança nas posições recíprocas e o jogo mútuo entre aqueles que deve conhecer e aquilo que é o objeto do conhecimento¹. A medida que a retórica pessoísta vai sendo construída e principalmente difundida, ela acaba por desconstruir a história da região anterior as plantações de cacau e o seu desenvolvimento econômico.

Em notícia publicada no Jornal *Correio de Ilhéos* e intitulada *Provocantes e acusadores criminosos* que foi publicada em 30 de Setembro de 1921 aborda uma investigação solicitada pelo então interino na Intendência do Município de Ilhéus, Coronel Misael Tavares, que requisitara que fossem examinados velhos livros de atas - supostamente os poucos que haveriam sobrado no processo de transição do governo do grupo adamista para o grupo de Pessoa. Nessa investigação teriam sido encontrados vestígios de fraudes nas atas, o que possibilitara o não pagamento de dívidas de impostos. O jornal não deixa explícito o nome daqueles que foram intimados para o pagamento desta dívida, mas deixa claro que os acusados alegaram em juízo desconhecer tais dívidas e que devido às influências que os adamistas tinham no período, pois estavam no poder, foram beneficiados com o esquecimento criado em torno da dívida e de sua cobrança². Em resposta ao processo de investigação solicitado pelo Coronel Misael Tavares, foram publicadas diversas acusações nas colunas do jornal *O Commercio*, conforme destaca o *Correio de Ilhéos*;

Agora parece que o eterno candidato a Intendente ocupa-se do anonimato nas colunas do “O Commercio” [...] querendo fazer passar por desonesto alguns funcionários encarregados da arrecadação de impostos do Município acusam sistematicamente o Intendente da Justiça. Não suponham os peculatórios confessos que possam marcar a reputação do Coronel Eustáquio Bastos as suas diatribes e calúnias³.

O que percebemos na análise desta matéria é que consiste em uma defesa sistemática ao coronel Misael Tavares, que fazia parte do grupo pessoísta. O *Correio de Ilhéos* passa então a enaltecer as qualidades do mandato do coronel Eustáquio Bastos, afirmando que as acusações passaram a ocorrer a partir do momento em que este não compactuaria com as práticas políticas corruptas e que eram comuns no governo anterior ao dos “novos-ricos”.

¹ ALBUQUERQUE Jr., D. M. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2001. Pg. 48

² *Correio de Ilhéos*. 1921 - 30/09. CEDOC/ UESC. Acesso em 26/09/2011.

³ Idem.

A partir da leitura do *Correio de Ilhéos* percebemos que os pessoistas construíam a ideia de que os adamistas ainda utilizavam a violência como forma de atacar os membros ligados ao grupo de Pessoa, que estavam à frente da administração. Todavia, cabe-nos presumir a possibilidade de manipulação destas informações veiculadas pelo jornal, já que o *Correio de Ilhéos* era muito pouco imparcial, sendo propriedade do grupo do coronel Antônio Pessoa.

Entretanto, não partimos da concepção de que tais ideias foram aceitas no imaginário ou na representação sem uma possível intencionalidade ou mesmo uma flexibilidade por parte dos membros da elite que compunham a região cacaueteira no período, principalmente os membros da elite que eram de oposição ao grupo pessoista. Ao expor as dificuldades dos desbravadores do século XIX como salienta Mahony, ele ajuda a obscurecer desigualdades raciais e a justificar a imensa concentração fundiária e de renda que se desenvolveram na região no século XX. Nesta perspectiva, torna-se evidente que tal discurso serviu também como uma estratégia na luta da elite cacaueteira por legitimidade e poder tanto no contexto local, tanto nos contextos regional e nacional¹.

Outro artigo publicado pelo *Correio de Ilhéos*, intitulado “Os mesmos Actores” e publicado em 05 de Outubro de 1921, faz alusão a uma notícia que havia sido publicado no *Jornal A Tarde* na capital baiana. De autoria novamente desconhecida, a matéria do *A Tarde* tecia insultos ao Coronel Misael Tavares e acusações de que o mesmo era um traidor do grupo que o apoiara, buscando assim criar uma relação conflituosa entre Tavares e Pessoa. Segundo o *Correio de Ilhéos*;

É muito para estranhar que, o propósito de um artigo anônimo publicado no A Tarde contra um dos maiores vultos do nosso partido, um seu parente, amigo ou coisa que o valha, responda com insultos a um outro amigo nosso de incontestável mérito. Qual o responsável pelo artigo anônimo contra o coronel Misael? Não podemos apontar o seu autor porque não dispomos de elementos para isso; mas duvidamos que tenha partido de algum amigo nosso. Na capital há dois indivíduos que tecem intrigas já de há muito, contra o senador Pessoa, e trabalham incessantemente para a separação completa deste e do coronel Misael².

É possível perceber na notícia em tela que os grupos de oposição utilizavam-se das influências na capital baiana para criar intrigas que favorecessem um rompimento dentro do grupo do coronel Pessoa. Essa prática tinha como objetivo gerar um racha dentro do Partido Republicano Democrata, cujos principais líderes eram os coronéis Antônio Pessoa agora

¹ Mahony, op. Cit. Pg. 738

² *Correio de Ilhéos*. 1921 – 05/10. CEDOC/ UESC.

senador e Misael Tavares. Segundo o *Correio de Ilhéos*, com base em informação do Jornal “A Tarde”, os dois indivíduos citados na referência acima, teriam elaborado uma carta endereçada ao presidente da comissão executiva e ao então governador do Estado, J. J. Seabra, com a assinatura do coronel Misael, queixando-se amargamente de atitudes do Coronel Pessoa. Todavia, segundo Misael Tavares a suposta carta teria sido falsificada¹.

Neste sentido, percebemos que as oligarquias tradicionais ilheenses, supostamente não deixaram de tentar voltar ao controle do poder municipal, utilizando assim de artifícios, como a boataria, que poderiam proporcionar um rompimento entre os dois principais coronéis do grupo composto pelos novos-ricos possibilitando um enfraquecimento do seu partido.

As discussões sobre representações simbólicas tende a fornecer possíveis reflexões sobre o processo histórico e de forma particular, um maior entendimento sobre as estruturas de pensamento de uma sociedade. O estudo das representações permite como destaca Ribeiro, apreender sobre a homogeneidade e continuidade das ideias formadas ao longo das gerações e também os momentos de ruptura, permitindo identificar o que se quis que fosse preservado e o que foi relegado ao silêncio². Segundo Le Goff;

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente événementielle e virtualmente estrutural³.

O que se torna possível compreender neste processo de mudanças políticas, econômicas e social que a região cacaueira sofre no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, tem fundamental importância na manipulação do imaginário e na criação de um mito histórico que inclui representações simbólicas de representatividade social e política no que concerne uma visão que ao mesmo tempo constrói e desconstrói a história da região, o que acaba por ser consolidado e transmitida ao logo das gerações em torno de uma memória coletiva.

Desse modo, podemos então compreender através da análise das fontes consultadas e da bibliografia sobre Ilhéus que o processo de disputas políticas e econômicas na região cacaueira engendradas pelos grupos aristocráticos e os novos-ricos, que abarcou de ambas as partes relações coronelísticas, não se deu apenas no campo da violência ou mesmo da “exploração passiva” dos seus apaniguados. Ao contrário disso, os grupos, talvez ciosos das

¹ *Correio de Ilhéos*. 1921 – 05/12. CEDOC/ UESC.

² Ribeiro 2005. Pg. 18

³ Le Goff, J. *História e memória*. Campinas-SP: UNICAMP, 1994, pg. 21



transformações institucionais e legais geradas pela República, passaram a utilizar cada vez menos a violência em benefício da criação de um consenso e de uma legitimidade, construídos através da concessão de benesses e da elaboração de um discurso propagandístico, que era veiculado por jornais diversos, criados com o objetivo de atender aos interesses de grupos de elite, que tinham a intenção de manter a sua hegemonia política, garantindo a posse do poder político, o que, conseqüentemente estaria ligado à manutenção do poder econômico e social.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., D. M. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de. Coronelismo, Jornalismo e Relações de poder no sul da Bahia – pg. 5. Disponível no endereço
http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/eliana_cristina_albuquerque.pdf

Cf. SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador, 2009. Disponível no endereço:
http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/silvia_noronha_sarmento_dissertacao.pdf.

DE CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996 – pg. 46 - 47

Ginzburg, Carlo, 1939 – *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* / Carlo Ginzburg; tradução: Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Le Goff, J. História e memória. Campinas-SP: UNICAMP, 1994

Lowenthal, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 17,

MAHONY, Mary Ann. *Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia*. Caderno de Ciências Humanas – Especiaria v. 10, n. 18, jul. – dez. 2007

NEVES, E. F. *História e região: Tópicos de história regional e local* - Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.-out. 2008..

Ribeiro, André Luís Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)* / André Rosa. Ilhéus : Editus, 2001 .

Ribeiro, André Luis Rosa. *Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC